

Fora do Senado, opiniões ficam divididas

O depoimento de seis horas do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) parou a Bahia, como se fosse dia de jogo do Brasil na Copa do Mundo. Nas repartições públicas, nos shoppings, nos bares e até nas praças, multidões se formaram para ver pela TV as declarações do senador sobre o seu envolvimento no caso da violação do painel. No centro de Salvador, manifestantes pediam a cassação do senador, mas na igreja do Senhor do Bonfim, fiéis rezavam por um bom desempenho de Antonio Carlos.

No resto do País, o pronunciamento do senador também gerou reações opostas. O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, chegou a afirmar que se sentiu ultrajado. Para Approbato, ACM cometeu o crime de prevaricação, ao se omitir em relação à quebra de sigilo do painel. "Ele tinha o dever de instaurar, no mínimo, uma sindicância, um processo para apuração de responsabilidade."

O pré-candidato à presidência da

República pelo PPS, Ciro Gomes, embora critique a atitude de ACM recomendou cautela quando se trata de pedir a cassação do senador. Ciro afirma que a queda de ACM tem sido muito brusca — de aliado do presidente Fernando Henrique Cardoso e todo-poderoso no Congresso para a ameaça de cassação. "Essas coisas são delicadas e perigosas", disse.

O presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Salomão Ribas Junior, vai um pouco mais longe e afirma que o processo no Senado "vai punir coadjuvantes, mas não atores principais". Seu prognóstico baseia-se na análise do comportamento dos membros do Congresso em face de outros casos de decoro parlamentar e de corrupção, investigados por CPIs como a do Orçamento e das irregularidades na construção do prédio do Tribunal Regional do Trabalho em São Paulo.

Ex-deputado e ex-secretário de estado, ligado ao ex-governador Jorge Bornhausen (PFL), Ribas lançou an-

teontem em Florianópolis o livro "Corrupção Endêmica" (282 páginas, co-edição do TC e do autor), uma coletânea de artigos, palestras e ensaios sobre a corrupção nos órgãos do governo e o problema do controle dos gastos públicos. O livro tem capa preta, título em letras vermelhas e será distribuído a órgãos públicos, com fins didáticos. Apesar de seu conteúdo técnico e do sotaque jurídico, é livro atraente para leigos.

Catarinense de Caçador, criado em Curitiba e formado em direito no Rio, onde foi locutor de rádio, Ribas incluiu no livro um estudo comparando os tribunais de contas do Brasil e da Alemanha, onde passou uma temporada, em meados da década passada. "Não é só no Brasil que há corrupção e não é só aqui que tudo acaba em pizza. Basta lembrar o escândalo envolvendo o ex-primeiro ministro alemão Helmut Kohl", diz.

Embora focalize os grandes casos explorados pela mídia, Ribas analisa especialmente a corrupção que leva à

tolerância e à degradação moral, comprometendo uns e inibindo outros, em todas as camadas da população, desde uma simples fila de pão até a violação do segredo do voto. Baseado no estudo comparativo entre Brasil e Alemanha, ele está convencido de que o grosso dos problemas de corrupção tem origem em campanhas eleitorais. Elas é que dão origem ao processo encadeado de manipulações de recursos públicos. A solução apontada é o financiamento público das campanhas. Entre as novas ferramentas, inclui-se a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Ao forçar a transparência, ela será um fator inibidor da corrupção administrativa", diz Ribas, citando Robert Klitgaard, professor das escolas de administração de Harvard e Yale e autor de vários estudos sobre a corrupção. Segundo esse americano, a corrupção é igual a monopólio, mais discricionariedade, menos transparência.

(Geraldo Hasse, de Florianópolis, com agência O Globo)